



**PARECER ÚNICO Nº: 018/2010**  
**Indexado ao(s) Processo(s)**

**PROTOCOLO Nº 25398/2010**

Licenciamento Ambiental Nº <b>21166/2008/001/2009</b>
Outorga Nº: <b>Não se aplica</b>
APEF Nº : <b>Processo nº 04272/2009</b>
Reserva legal Nº: <b>Conforme Termo de Averbação protocolo SIAM nº 021346/2010</b>

<b>Referência: LICENÇA PREVIA E DE INSTALAÇÃO – LP/LI</b>	<b>Validade: 02 anos</b>
---	--------------------------

<b>Empreendimento: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA</b>	
<b>CNPJ: 00.857.758/0003-02</b>	<b>Município: Ouro Preto</b>

<b>Unidade de Conservação: APAE – Cachoeira das Andorinhas (5,3 km)</b>	<b>Sub-Bacia: Rio das Velhas</b>
<b>Bacia Hidrográfica: Rio São Francisco</b>	

**Atividades objeto do licenciamento:**

<b>Código DN 74/04</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe</b>
<b>B-08-01-1</b>	<b>Fabricação de componentes eletro-eletrônicos.</b>	<b>3</b>

<b>Medidas mitigadoras:</b> <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	<b>Medidas compensatórias:</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>Condicionantes:</b> <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<b>Automonitoramento:</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NAO

<b>Responsável Técnico pelo empreendimento:</b> <b>Klaus Wagner Acerbi</b>	<b>Registro de classe</b> <b>CRQ</b>
<b>Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados</b> <b>Ailton Luiz Sabino</b>	<b>Registro de classe</b> <b>CREA-MG 49521/D</b>

<b>Auto de Fiscalização: 13140/2009</b>	<b>DATA: 23/09/2009</b>
---	-------------------------

**Data: 14/01/2010**

<b>Equipe Interdisciplinar:</b>	<b>MA SP</b>	<b>Assinatura</b>
Edvaldo Sabino da Silva	1.197.553-9	
Laércio Capanema Marques	1.148.544-8	
Raphael Medina Gomes de Andrade	1.227.986-5	
Cristina Campos de Faria	1.197.306-2	

<b>De acordo</b>	<b>Diretoria Técnica</b>	<b>MA SP</b>	<b>Assinatura</b>
	Isabel Cristina R. C. Meneses	1.043.798-6	
	<b>Chefia do Núcleo Jurídico</b>	<b>MA SP</b>	<b>Assinatura</b>
	Leonardo Maldonado Coelho	1.200.563-3	



## **1. INTRODUÇÃO**

O empreendimento DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA, objeto deste licenciamento, corresponde à nova unidade fabril do Grupo Delphi, integrante da Divisão Packard, a ser instalado em Cachoeira do Campo, Distrito de Ouro Preto/MG, o qual fabricará chicotes elétricos (agrupamento de cabos elétricos e componentes eletro/eletrônicos) para uso em indústrias automobilísticas.

O processo de Licença Prévia e de Instalação – Processo COPAM nº 21166/2008/001/2009, foi formalizado na SUPRAM CM em 31/08/2009, com a entrega da documentação constante do Formulário de Orientação Básica Integrado – FOB nº 355027/2009.

O empreendimento, conforme o Termo de Compromisso assinado entre seus representantes e a Prefeitura de Ouro Preto em 07/08/2009, será o pioneiro na implantação do Pólo Industrial de Cachoeira do Campo, criado em 2008, estando nas proximidades da BR-356, e distante cerca de 17 Km da sede do Município de Ouro Preto.

O local de implantação da futura empresa foi vistoriado pela equipe técnica da SUPRAM em 23/09/2009, na companhia do representante da empresa Sr. Ailton L. Sabino, tendo sido emitido o Auto de Fiscalização nº 13140/2009.

Em 12/11/2009 foi expedido o Ofício SUPRAM CM nº 1489/2009 contendo as solicitações de informações complementares, as quais foram respondidas pelo empreendedor, conforme documentos protocolados em 04/12/2009 e 08/01/2010, sendo, seu conteúdo, considerado tecnicamente satisfatório e esclarecedor.

O Relatório de Controle Ambiental – RCA, o Plano de Controle Ambiental - PCA e o Inventário Florestal para fins de instrução do processo de supressão de floresta plantada – Processo IEF nº 4272/2009, foram elaborados pela equipe técnica da própria Delphi.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

A nova unidade fabril da Delphi – Divisão Packard, será implantada no Distrito de Cachoeira do Campo em Ouro Preto/MG, em uma zona de expansão urbana nas proximidades da BR-356, em um terreno situado entre a estrada de acesso à Fazenda Cumbe/Ouro Branco e o Córrego Maracujá, localizado ao fundo do futuro empreendimento.

Conforme informações obtidas do Processo IEF nº 4272/2009 – APEF/DCC a área total do terreno é 63.508,00 m<sup>2</sup>, a área útil será de 15.700,00 m<sup>2</sup> e a área a ser construída será de 8.798,00 m<sup>2</sup>. Segundo o Plano de Utilização Pretendida (PUP) a área de intervenção direta, a ser ocupada para construção da unidade será de 10.576 m<sup>2</sup>. Os demais 5.124 m<sup>2</sup> (diferença em relação à área útil) corresponderão às áreas verdes e/ou não edificadas.

O terreno destinado à futura unidade da Delphi apresenta, conforme levantamento topográfico disponibilizado pela Prefeitura de Ouro Preto, suave declividade partindo da estrada de acesso ao lugarejo denominado Cumbe (nível de cota = 1065 m) em direção ao Rio Maracujá (nível de cota = 1050 m). O ponto central do terreno, onde estarão localizadas



as instalações, possui nível de cota igual a 1055 m. Segundo a imagem do Google Earth a menor distância entre a estrada para Cumbe e o Córrego Maracujá é de 190 m.

O empreendimento irá inaugurar a utilização oficial do Pólo Industrial de Cachoeira do Campo, criado pela Lei Municipal nº 438 de 30/07/2008 com área de 211.342,0 m<sup>2</sup> e sua implantação será, conforme o Termo de Compromisso supracitado, realizada às expensas do município com retorno dos investimentos através da “Lei de Incentivos Fiscais”.



Figura-1: Terreno da futura Delphi

A unidade será implantada em 3 etapas tendo, a Etapa-1, início tão logo a Licença Prévia e de Instalação sejam concedidas. A Etapa-3 tem previsão de término em 30/07/2011 e a posse do imóvel pela DELPHI somente se dará após a conclusão integral desta etapa.

O empreendimento tem previsão de utilizar um efetivo de aproximadamente 290 funcionários, cumprindo uma carga horária semanal de 44 horas (pessoal do quadro operacional) ou 40 horas (pessoal do quadro administrativo), sendo que o regime de trabalho da área produtiva será em escala de revezamento envolvendo 03 turnos diários.

A energia elétrica a ser consumida no processo industrial será fornecida pela CEMIG, com consumo médio mensal estimado em cerca de 390 Mkw (consumo da unidade da Delphi em Itabirito, de porte e atividade semelhante).

A água a ser consumida na empresa será destinada ao consumo humano, ao uso nos sanitários/restaurante, lavagem de piso e irrigação de jardins, devendo ser fornecida pelo DEMAÉ – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto. Conforme informação do Relatório de Controle Ambiental – RCA o processo produtivo é realizado “a seco”, dispensando o uso de recurso hídrico.



A fábrica utilizará GLP como combustível para as empilhadeiras e no refeitório. Os cilindros serão armazenados em local coberto, isolado e ventilado. O consumo estimado de GLP para empilhadeiras será de 240 kg/mês.

A fábrica da Delphi – Divisão Pakard a ser instalada em Cachoeira do Campo terá capacidade nominal de produção de 300 chicotes elétricos por dia, para atendimento de seus clientes preferenciais: FIAT, Renault e Peugeot.

Os chicotes serão produzidos a partir da transformação (agrupamento) de cabos elétricos e terão por finalidade a condução de energia elétrica e sinais eletrônicos para acionamento de diversos acessórios dos veículos automotores (acionamento do motor de arranque, vidros, acendedor de cigarros, faróis, lanternas, luz interna, luz do painel e demais acessórios específicos de cada modelo de veículo automotor). Tais chicotes serão fabricados em diferentes formas e tamanhos, de acordo com as características específicas de cada veículo. Segue na Figura-2 o croqui da unidade industrial com seu parque de instalações.

Todas as matérias-primas e insumos a serem utilizados serão transportados para a empresa através de caminhões e armazenados no almoxarifado da empresa, o qual tem a previsão de ter área coberta, piso pavimentado e sistema de prevenção e combate a incêndio.

Os produtos acabados serão acondicionados em sacos plásticos, caixas de papelão ou caixas plásticas retornáveis e, em seguida, ficarão armazenados em paletes de madeira possibilitando o transporte até o cliente.

As movimentações de materiais, os carregamentos e descarregamentos dos caminhões, serão feitos com o auxílio de paleteiras manuais ou empilhadeiras movidas a GLP.

As áreas de preparação e montagem dos chicotes serão divididas em linhas de produção específicas para cada veículo. Além disto, a empresa possuirá áreas específicas para o recebimento de materiais e expedição de produtos acabados.

A futura fábrica da Delphi em Cachoeira do Campo será constituída das seguintes unidades produtivas e auxiliares/apoio:

- Oficina de manutenção;
- Almoxarifado;
- Vestiário;
- Ambulatório médico;
- Refeitório;
- Galpão de Produção;
- Portaria;
- Áreas de resíduos industriais;
- Estação de Tratamento de Esgoto.

A disposição desses setores na planta industrial obedecerá ao seguinte lay-out:

SUPRAM - CM	Av. N. Sra. do Carmo, 90 – Carmo – Belo H/ MG CEP 30.330-000 – Tel: (31) 3228 7700	Proc. COPAM nº 21166/2008/001/2009 Página: 4/26
-------------	--	--



## DELPHI – Unidade Ouro Preto/Cachoeira do Campo



Figura-2: Parque industrial da Delphi

O processo de produção dos chicotes elétricos/eletrônicos segue basicamente as mesmas etapas em todas as linhas de produção, e pode ser dividido nas seguintes fases:

Fase preparatória de produção dos chicotes:

A fase preparatória de produção do chicotes envolve basicamente as seguintes atividades:

- Corte dos cabos elétricos em diferentes tamanhos para atender aos diversos tipos de chicotes produzidos na fábrica;
- Corte de tubos plásticos (corrugados ou lisos) que recobrem os chicotes, em vários tamanhos para atender aos diversos tipos de chicotes;
- Preparação dos tubos e cabos cortados através de operações de prensagem, estampagem e soldagem, dentre outras.

Fase Intermediária de Produção dos Chicotes

A fase intermediária de produção dos chicotes consiste basicamente nas seguintes atividades:

- Vedação das junções evitando que se molhem pela água da chuva ou lavagem dos veículos.



- Agrupamento dos cabos elétricos anteriormente preparados (para a etapa de montagem final dos chicotes).

#### Fase Final de Produção dos Chicotes

A fase final de produção dos chicotes consiste na sua confecção nas mesas de montagem do equipamento denominado *Conveyors*, de acordo com as especificações técnicas a que se destinam. Os cabos elétricos são agrupados/reunidos formando o produto final (chicote).

Os chicotes, depois de confeccionados, são complementados com os componentes adquiridos do almoxarifado, do setor de corte de cabos, das prensas estacionárias, do *Splice gun* e das áreas de corte de tubos.

Após a montagem nas estações de montagem dos *conveyors* os chicotes são retirados e encaminhados para a mesa de teste elétrico (ROB), onde é verificada a condutividade elétrica e a integridade do chicote. Depois de testado, o chicote recebe uma etiqueta com código de barras para sua identificação, é embalado em sacos plásticos ou caixas de papelão e encaminhado para a expedição de materiais.

#### Matérias- primas e Insumos

As principais matérias-primas e insumos utilizados na fábrica da Delphi para produção de chicotes são:

Terminal de metal (aço e latão)
Cabos elétricos
Tubos termorestringentes de PVC
Tubos de nylon, PVC e silicone
Guarnições em borracha
Guarnições em plásticos
PVC granulado
Conectores plásticos
Capuz
Fita isolante
Fita de PVC
Espuma anti-vibrante
Fusíveis
Sacos plásticos para embalagens dos chicotes prontos
Caixas de papelão para embalagem de chicotes prontos
Caixas plásticas para embalagens de chicotes prontos

### 3 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A equipe técnica da DELPHI responsável pelos estudos integrantes do RCA/PCA APEF/DCC considerou o limite do Pólo Industrial de Cachoeira do Campo como Área Diretamente Afetada e de Entorno – ADAE, e o município de Ouro Preto/Cachoeira do Campo como Área de Influência – AI, para os meios físicos, biótico e socioeconômico.



A área de intervenção direta do empreendimento corresponde ao local de sua implantação.

### 3.1 MEIO FÍSICO

Segundo os dados constantes do RCA e PCA o meio físico apresenta a seguinte caracterização:

A área de influência do projeto está situada na região do Quadrilátero Ferrífero, no alto Rio das Velhas, região que apresenta um relevo montanhoso, com grandes altitudes, o que lhe confere características climato-meteorológicas bastante específicas.

Utilizando a classificação de W. Köppen, que adota como parâmetros principais a temperatura, a precipitação e sua distribuição durante as diferentes estações do ano, a área está inserida no domínio climático do tipo Cwa – Clima Temperado Brando, com verão quente e chuvoso e inverno brando. Existem três características principais que são peculiares dessa classificação, quais sejam:

- Temperatura média do mês mais quente sempre superior a 22 °C;
- Temperatura média do mês frio sempre inferior a 18 °C;
- Ocorrência da estação seca no inverno, sendo que o mês mais seco tem precipitação inferior à décima parte da precipitação do período chuvoso.

A pluviometria é a variável climática de comportamento mais homogêneo, com 6 meses secos (abril a setembro) e 6 meses com precipitações mais elevadas (outubro a março).

O trimestre mais chuvoso é o de novembro a janeiro e o mais seco de junho a agosto e correspondem respectivamente por cerca de 55% a 59% da precipitação média anual e o mais seco por 2% a 3%.

As temperaturas são frias, com a média anual variando de 18° a 18,5°C, tendo sido registradas temperaturas inferiores a 0°C nos meses mais frios, com ocorrência de geadas.

Há uma significativa variação térmica entre a temperatura média do mês mais quente e a média do mês mais frio, com a amplitude térmica anual chegando a 6° C, característica das regiões de clima temperado.

Quanto à Geologia, o empreendimento está inserido na Província Mineral do Quadrilátero Ferrífero, localizada na porção central de Minas Gerais. Nessa província mineral, são descritas, da base para o topo, as seguintes macro-unidades lito-estratigráficas:

(1) Complexo Granito-gnaissico migmatizado, localmente denominado Complexo Bacão; (2) Supergrupo Rio das Velhas (Grupos Quebra Osso, Nova Lima e Maquine), que compreende uma seqüência metavulcano-sedimentar arqueana, do tipo greenstone belt; seqüências plataformas do Paleoproterozoico correspondentes ao (3) Supergrupo Minas (Grupos Caraça, Itabira, Piracicaba e Sabará) e (4) Grupo Itacolomi. Recobrem-nas parcialmente as (5) coberturas sedimentares mais recentes, das Bacias de Gandarela e Fonseca.



A área de intervenção do empreendimento está situada em terrenos do Complexo Bação, reconhecido como embasamento cristalino, constituído por gnaisses e migmatitos polimetamórficos, de composição tonalítica a granodiorítica. A rocha é composta essencialmente por quartzo, feldspato potássio, plagioclásio e biotita, sendo observado secundariamente muscovita, epidoto/clinozoisita, titanita e zirconita. (Gomes e Eisele, 1993).

A Geomorfologia é representada por colinas dissecadas e morros baixos de geometria convexa ou convexo-concava, e topos arredondados. São as formas de relevo que predominam nos terrenos inseridos no Complexo Bação. Nota-se um nivelamento do topo de colinas, formando um conjunto de paisagem denominado “mar de morros”. Os desnivelamentos variam de 60 a 120 m, com declividades variando entre 10 e 20°.

A densidade de drenagem é média, com padrão dendrítico a sub-dendrítico, com cursos d'água entalhados, separando colinas mais baixas e arredondadas. Topograficamente, compreende uma unidade rebaixada em relação àquelas sustentadas pelos metassedimentos e rochas metavulcânicas dos Supergrupos Minas e Rio das Velhas.

O agente morfogenético dominante compreende o processo de erosão linear acelerada em consequência da surgência do lençol freático e o escoamento difuso. Nas porções de baixa declividade percebe-se um equilíbrio entre os processos morfogenéticos e pedogenéticos, enquanto nas áreas de declividade maior que 20° ocorre maior concentração de processos erosivos, com sulcos, ravinas e voçorocas oriundas de atividades antrópicas.

No que se refere à Hidrografia, a área em estudo está inserida dentro da sub-bacia do córrego Peixoto, inserido na bacia do rio Maracujá, rio este localizado na região central de Minas Gerais, com extensão de aproximadamente 25 km no município de Ouro Preto, até desaguar na margem esquerda do rio das Velhas. É formado ainda pelos córregos Cipó, Arranchador e Caxambu.

Segundo Peixoto et al (2004), a atividade de mineração está muito presente no Alto Maracujá com os garimpos de topázio imperial. Pequenas empresas extrativas legais e garimpos individuais ilegais estabeleceram-se no local, principalmente, a partir da década de 70 do século XX, quando houve uma intensificação dos garimpos de topázio na região de Ouro Preto.

O córrego Peixoto possui cerca de 6,5 km de extensão, e sua bacia apresenta algumas nascentes e cursos d'água no entorno da área do empreendimento. As margens de um deles observam-se considerável processo erosivo, possivelmente causado pela combinação dos fatores climáticos e ações antrópicas no terreno. À jusante, ao longo de córrego existente, onde o relevo apresenta-se de forma côncava, centralizando o fluxo da água, foram observados solapamentos das encostas do curso d'água. Em primeira análise, verifica-se um solo muito argiloso, com parcelas onde o lençol aflora, formando pequenas áreas brejosas. O prolongado período seco pode ter formado nestes locais gretas de contração, que funcionaram como planos de fraqueza, criando áreas de instabilidade ao longo das barrancas do córrego, ocorrendo, em menores proporções, o denominado fenômeno de terras caídas.

Um fato que reforça a degradação das águas dentro deste trecho é a presença do gado, que se utiliza desse corpo hídrico para dessedentação. Ao longo dos canais e nascentes





desprotegidas, o gado pisoteia as margens, acelerando o processo erosivo e gerando um grande volume de sedimentos.

Outro uso identificado foi à utilização do recurso hídrico para consumo humano, irrigação e lazer em propriedades rurais localizadas a jusante, próximas a confluência do Córrego dos Peixotos com o rio Maracujá.

### 3.2 - MEIO BIÓTICO

#### Flora

O Quadrilátero Ferrífero, onde se localiza a área de interesse, apresenta aspectos diferenciados da vegetação, abrigando ecossistemas variados e uma biodiversidade significativa.

O empreendimento proposto insere-se no município de Ouro Preto no distrito de Cachoeira do Campo e enquadra-se fitogeograficamente numa zona de transição entre os domínios vegetacionais da Floresta Atlântica e do Cerrado (Rizzini, 1979; Eiten, 1982), além da proximidade com áreas de domínio do Campo Rupestre.

A região deste município apresenta uma paisagem que mostra o confinamento das florestas em fragmentos, geralmente em locais de difícil acesso à exploração ou guardados por propriedades particulares, os quais, embora pequenos, são importantes porque ainda mantêm representantes da flora original, que podem servir a recuperação e ao enriquecimento de áreas degradadas, haja vista o alto grau de conectividade entre eles.

Sobre a topografia típica do Quadrilátero Ferrífero, conformada por superfícies colinares e vales encaixados, distribuem-se Florestas Pluviais e Estacionais Semidecíduais do Domínio Atlântico. Nas porções úmidas, marginais aos córregos, caracterizam-se como Pluviais, e nas encostas, como Estacionais.

A devastação é intensificada com a implantação de indústrias e a expansão agropecuária na região, sendo que atualmente existem remanescentes de vegetação natural fragmentados, em diferentes graus de preservação, por vezes interligados por matas ciliares.

A área de interesse do empreendimento proposto apresentará alteração do uso do solo, onde predomina plantações de eucaliptos e pastagem. As formações florestais nativas presentes no entorno são representadas por Floresta Estacional Semidecidual, matas ciliares e matas de encostas.

#### Fauna

Na área de implantação do futuro empreendimento percebe-se uma forte intervenção antrópica. De acordo com o RCA/PCA e conforme observado em vistoria técnica realizada na área do empreendimento, por se tratar de uma zona de expansão urbana, onde a ocupação antrópica se deu de forma bastante acentuada, no local e em suas adjacências, não se observa mais a ocorrência de exemplares representativos da fauna.

A fauna da área de influência do futuro empreendimento apresenta-se condizente com as características da cobertura vegetal. Foi mencionado no estudo 10 espécies da avifauna e



05 espécies da mastofauna das quais podemos citar: *Cariama cristata* (siriema), *Volatinia jacarina* (tiziú), *Sporophila nigricollis* (coleirinha), *Zonotrichia capensis* (tico-tico), *Didelphis albiventris* (gambá), *Marmosops incanus* (cuíca), *Cabassous unicinctus* (tatu-do-rabo-mole) dentre outras. De acordo com os estudos apresentados, nota-se uma maior ocorrência de espécies mais adaptadas às intervenções antrópicas e ambiente menos preservados.

### 3.3 - RESERVA LEGAL

Por se tratar de Zona de Expansão Urbana, criada em 2005, fez-se necessário, dentro dos parâmetros da Legislação em vigor, a averbação da Reserva Legal. Neste sentido foi solicitado ao empreendedor pela equipe técnica, durante uma reunião para esclarecimentos acerca das pendências do processo, a providenciar e protocolar junto à SUPRAM CM a documentação exigida para fins de elaboração do Termo de Responsabilidade de Averbação e Preservação de Reserva Legal.

De posse da documentação apresentada em 08/01/2010 a SUPRAM CM emitiu o referido Termo em 13/01/2010, devendo ser providenciado pelo empreendedor o devido registro no Cartório, e apresentado o Termo de Averbação de Reserva Legal conforme condicionante do Anexo I, deste parecer.

A área destinada à Reserva Legal será aquela onde a vegetação encontra-se mais adensada e preservada, sendo o seu contorno definido conforme o mapa de contexto ambiental apresentado na Figura-3, abaixo.

A área proposta para averbação da reserva legal da fábrica de chicotes elétricos eletrônicos da Delphi Automotive systems, localiza-se dentro do distrito de Cachoeira do Campo, e corresponde a uma área de 1,4 ha, totalizando não menos que 20% da área total da propriedade, devendo estar situada nas coordenadas UTM 7748132,16 e 639690,49, Datum SAD 69. A área prevista para a Reserva Legal da Delphi corresponde à Gleba-A estando ilustrada na Figura-3, abaixo.

A composição Florística do local é de um ecótono de floresta estacional semi-decidual e Cerrado em estágio Mediano/Inicial de desenvolvimento.

As espécies encontradas no local estão dispostas na tabela abaixo.

Nome Popular	Nome científico	Altura
Eucalipto	<i>Eucaliptus sp.</i>	20 m
Lobeira	<i>Selanium Lycocarpum</i>	5 m
Aroeira*	<i>Lithrala molleoides</i>	6 m
Fedegoso	<i>Cassia Occidentalis</i>	6 m
Amoreira	<i>Broussonetia Papyrifera</i>	10 m
Assa-Peixe	<i>Vermonia polysphaera</i>	0,5 m
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>	0,3 m
Arnica	<i>Arnica Montana L.</i>	0,2 m
Alfeneiro	<i>Ligustrumvulgare</i>	2 m
Fruta-de-Pomba	<i>Allophyllus edulis</i>	5 m
Pitanga	<i>Eugenia Uniflora Berg.</i>	10 m

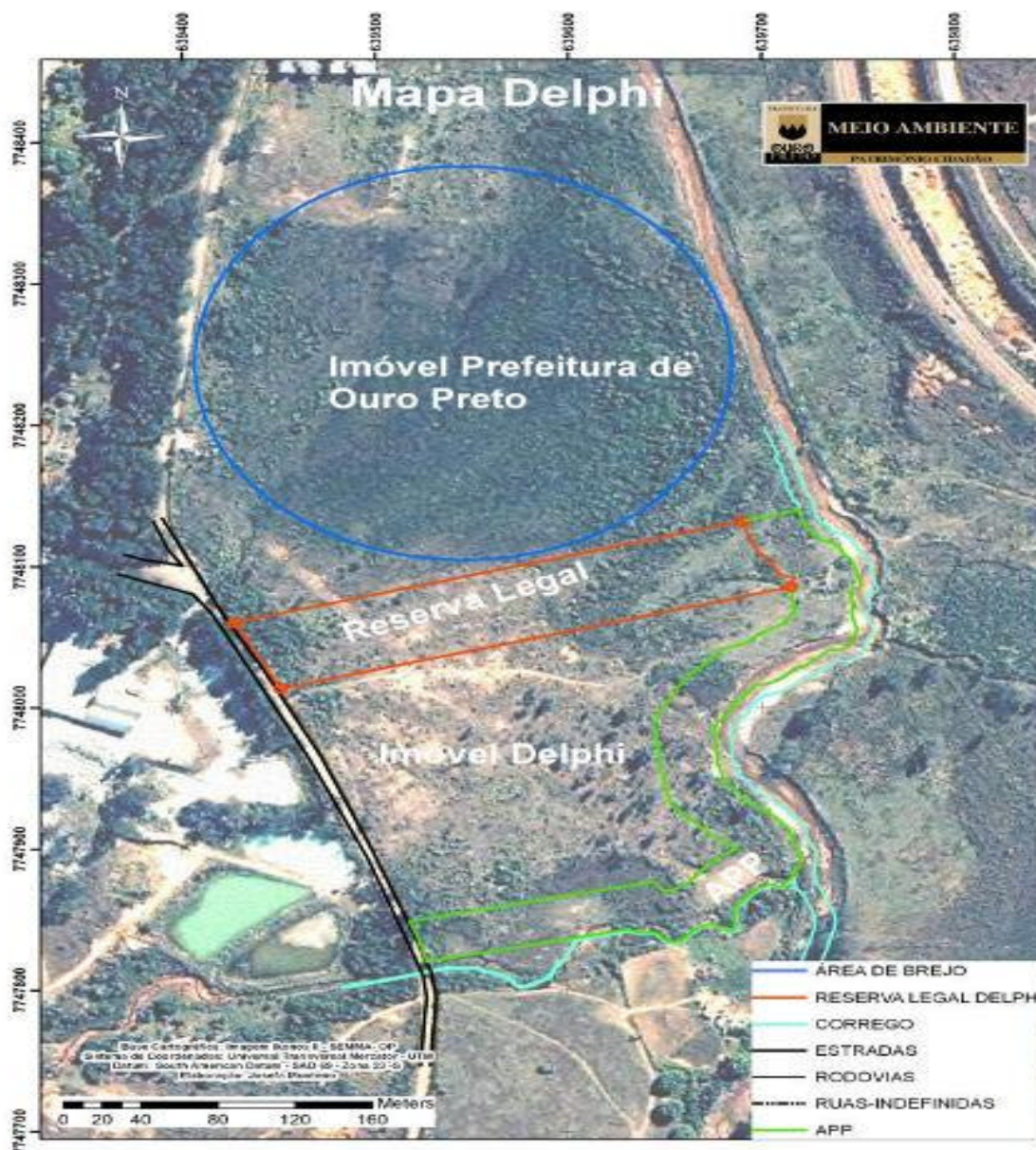


Figura-3: Mapa de contexto ambiental

### 3.4 - INTERVENÇÃO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO OU ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Conforme pesquisa ao Sistema Integrado de Informações Ambientais - SIAM, utilizando o par de coordenadas geográficas do ponto central do terreno (C-0) correspondendo a X= - 20.3615 e Y= - 43.6637, o empreendimento encontra-se a 5,3 Km da Área de Proteção Ambiental Estadual – APAE denominada Cachoeira das Andorinhas, no Município de Ouro Preto. Em razão disso foi solicitada, através do Ofício SUPRAM CM nº 1593/2009 de



27/11/2009, a anuência ao IEF/Diretoria de Áreas Protegidas a qual foi concedida através do documento intitulado “Manifestação de Localização” e protocolada na SUPRAM CM em 21/12/2009.

### 3.5 – EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Embora localizada numa região de transição entre domínios vegetacionais de Floresta estacional semi-decidual e Cerrado, a área em epígrafe se encontra parcialmente antropizada, salva guarda uma área de percentual diminuto na região norte próximo a estrada que liga Cachoeira do campo ao Cumbe, a qual se encontra em estado inicial/mediano de regeneração. Na área também existem cerca de 30 indivíduos de Eucaliptus sp., desenvolvidos e separados entre si, os quais serão suprimidos para construção da fábrica. A área total a ser desmatada é de 10.576 m<sup>2</sup> o que equivale a 1,0576 ha. A área total do terreno é 63.507,75 m<sup>2</sup> (6,350775 ha).

Descrição da propriedade por vegetação:

Vegetação	%	Area ha
Floresta Estacional Inicial/Mediano	0,2	0,1271
Eucalipto	0,8	0,5080
Pasto	60,0	3,8104
Braquiaria	30,0	1,9052

Segundo inventário qualitativo feito na área, os indivíduos relacionados abaixo foram encontrados na área.

Á área da APP, a qual será resguardada 30 metros, deverá ser recuperada e revegetada.

Nome Popular	Nome científico	Altura média (m)	Quantidade
Eucalipto	Eucalyptus sp.	20	30
Lobeira	Selanum Lycocaropum	5	5
Aroeira	Lithraka Molleoides	6	3
Fedegoso	Cassia Occidentalis	6	7
Amoeira	Broussonetia Papyrifera	10	1
Pitanga	Eugenia Uniflora Beng.	10	1

RENDIMENTO LENHOSO = 1.8 m<sup>3</sup>

### 3.6 – UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Segundo informado no RCA o processo de fabricação de chicotes elétricos/eletrônicos é realizado “a seco” dispensando o uso de recursos hídricos.

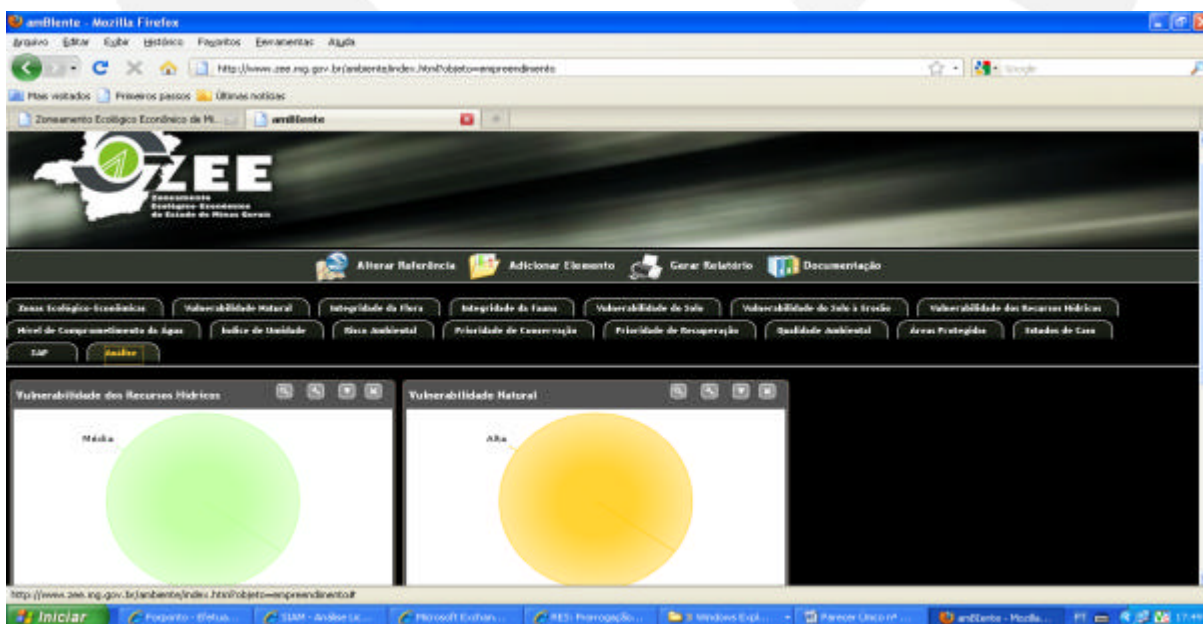
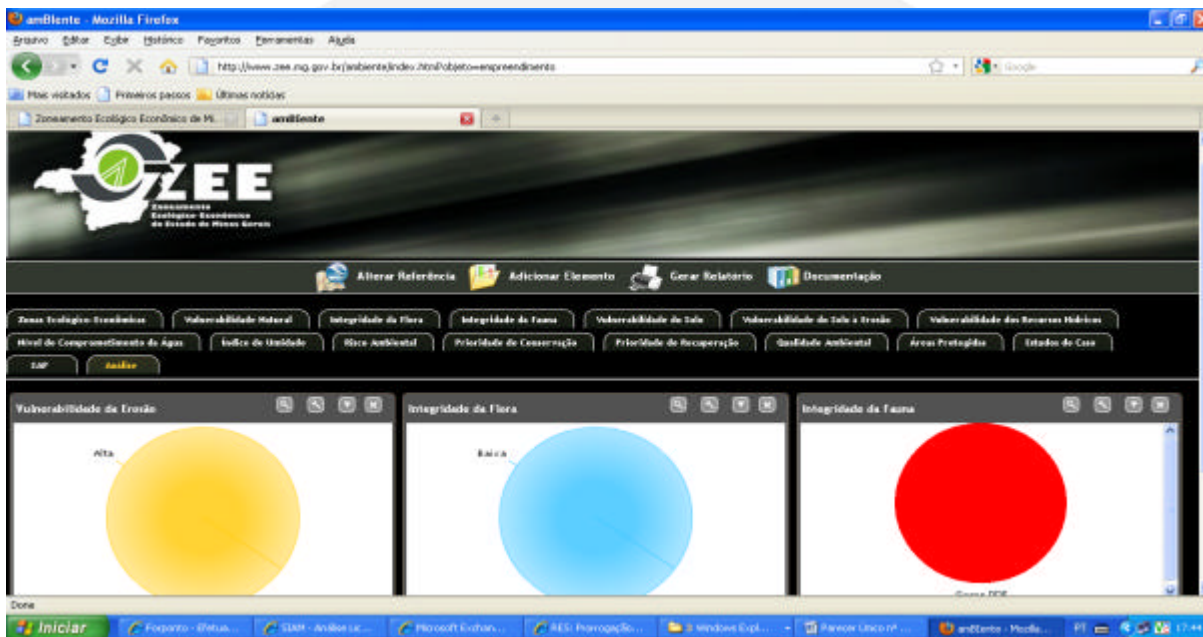
A água a ser consumida na empresa será destinada ao consumo humano, ao uso nos sanitários/restaurante, lavagem de piso e irrigação de jardins, tendo, em razão do volume demandado, a previsão de ser adquirida do DEMAÉ – Departamento Municipal de Água e



Esgoto de Ouro Preto. Em razão do exposto deverá o empreendedor apresentar manifestação deste órgão conforme condicionante contida no Anexo-I.

### 3.7 – ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO

A consulta ao Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, utilizando-se as coordenadas do ponto central do empreendimento C-0 ( $x=-20.3615$  e  $y=-43.6637$ ), vide Figura-1 acima, e um raio de abrangência de 200 m (11,87 ha), apresentou o seguinte panorama:





Segue abaixo a abordagem de cada um dos parâmetros de interesse associados à Vulnerabilidade Natural:

Parâmetro	Vulnerabilidade	Comentários	Conclusão
Integridade de Fauna	Muito Alta (em 100 % da área pesquisada)	Esta vulnerabilidade se refere à presença e característica da avifauna e mastofauna da área pesquisada (11,87 ha) e o risco imposto à sua integridade pela ocupação antrópica. A área pesquisada abrange um brejo de consideráveis dimensões.	As espécies da avifauna e mastofauna catalogadas pelo empreendedor não estão ameaçadas pelo empreendimento, uma vez que sua implantação se dará numa área de pastagens com reduzido número de indivíduos arbóreos. A região brejosa não será afetada e, sim, preservada e protegida pelas áreas destinadas para Reserva Legal.
Vulnerabilidade dos Recursos Hídricos	Média (em 100 % da área pesquisada)	Vulnerabilidade devido à insuficiência da disponibilidade natural de água superficial e subterrânea.	O processo produtivo da Delphi é realizado "a sêco" e a água destinada às atividades administrativas será adquirida do DEMAÉ de Ouro Preto. Assim a integridade deste recurso não será afetada pelo empreendimento.
Integridade de Flora	Baixa (em 100 % da área pesquisada)	O nível de integridade se deve à baixa relevância dos remanescentes de campo cerrado, campo rupestre e veredas na área em questão, tendo em vista a ação antrópica já realizada.	Esta integridade não se mostra ameaçada tendo em vista que a área pesquisada é bem superior à área de intervenção direta do empreendimento (1,57 ha), a qual ocorrerá na parte onde a vegetação é composta predominantemente por pastagem e gramíneas, possuindo poucos e isolados indivíduos arbóreos, conforme



			acervo fotográfico do Anexo-II.
Vulnerabilidade do Solo	Alta (em 100 % da área pesquisada)	Deve-se à suscetibilidade à degradação estrutural por ação das águas pluviais (risco potencial de erosão) e à probabilidade de contaminação ambiental	A ação das águas pluviais terá maior incidência durante a fase de implantação do empreendimento, a qual será cercada dos cuidados elencados no item-4.1, abaixo. O risco imposto pelo processo erosivo, assim como o risco de contaminação ambiental, serão minimizados com a implantação do empreendimento e a adoção de pavimentação das vias e construção de sistemas de drenagem.
Vulnerabilidade Natural	Alta (em 100 % da área pesquisada)	Deve-se à interação dos parâmetros de vulnerabilidade e integridade, acima citados.	A vulnerabilidade não será afetada pela construção do empreendimento.

Diante das abordagens e conclusões acima a equipe técnica autora deste Parecer considera que a Vulnerabilidade Natural da região não será comprometida pela implantação do empreendimento

### 3.8 – COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Conforme a abordagem do ZEE, ilustração da localização do empreendimento em relação ao contexto ambiental do seu entorno e o registro fotográfico do Anexo-II, a sua implantação não se dará em “Área Prioritária para Conservação” uma vez que a área é predominantemente ocupada por pastagens, o que implicará na irrisória supressão vegetal de indivíduos isolados, notadamente Eucaliptos, com rendimento lenhoso de 1,8 m<sup>3</sup>. Quanto ao solo a ser removido este, em função do volume envolvido, considerando o exposto no Item-2, será utilizado no próprio local para correções do terreno.

Em razão do exposto e apesar desses fatores constituírem em impactos previstos pelo Decreto 45.175 de 17/09/2009, a equipe técnica autora deste parecer entende não ser aplicável a compensação ambiental prevista na Lei 9985/2000 - SNUC, uma vez que os mesmos são de baixa significância e plenamente mitigáveis pelas medidas de controle propostas pela empresa em parceria com a Prefeitura de Ouro Preto.



## **4 - IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS**

### **4.1 - MEIO FÍSICO**

Durante as obras de implantação ocorrerão atividades de escavação, movimentação de solo para a terraplanagem do terreno e supressão de vegetação, porém de moderada intensidade dada às condições topográficas do local, abordadas no item-2, acima, além do fato da intervenção se dar em área de pastagem. Tais atividades implicarão na geração de material particulado e resíduo lenhoso com possibilidade de dispersão de fragmentos por ação de ventos e/ou carreamentos devido às chuvas ou geração de entulhos por disposição inadequada.

Além dos impactos acima tem-se, ainda, a geração de resíduos sólidos de origem doméstica e efluentes sanitários provenientes do canteiro de obras.

Visando minimizar ou reduzir os impactos devido à movimentação de terra estão previstas nos Termos de Referência anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 001/2009 elaborado pela Prefeitura de Ouro Preto, a umidificação do terreno por caminhões pipa, a compactação do solo terraplanado, a pavimentação das vias e a construção de sistemas de drenagem pluviais.

Quanto à madeira originada pela supressão vegetal, o empreendedor informou que a mesma será doada a empresa Cia Industrial Itabira de Fiação e Tecelagem, localizada no município de Itabirito, para queima em sua caldeira. Esta empresa possui Licença de Operação (Certificado LO nº 111/2008) concedida pelo COPAM-URC Velhas em 21/07/2008, válida por 04 anos, a qual contempla o equipamento em referência.

Conforme o Edital acima os resíduos sólidos domésticos a serem gerados na fase de instalação do empreendimento, e restritos ao canteiro de obras, serão recolhidos e destinados ao aterro público, devendo o local ser mantido dentro das condições de higiene e segurança previstas na Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego. Quanto aos efluentes sanitários o Edital prevê a utilização alternativa de banheiros químicos ou o uso de sistemas de tratamento aprovados por profissional habilitado e responsável pelo canteiro.

Como impactos positivos associados à implantação da nova unidade da Delphi tem-se a recuperação da “cascalheira” existente no local e decorrente da exploração de topázio praticada por terceiros e a revegetação dos barrancos das margens do Rio Maracujá, as quais foram detalhadas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas protocolado em 04/12/2009, em resposta ao Ofício de Informações Complementares emitido pela SUPRAM CM e deverão ser efetivadas segundo a condicionante contida no Anexo-I.

Conforme informações do empreendedor o processo de fabricação dos chicotes elétricos/eletrônicos é semi-automatizado e realizado “a seco”. O processo gera, de forma predominante, resíduos inertes (Classe-II), os quais estão discriminados no Item-4 do PCA (Quadro-I), sendo a sua forma de disposição final detalhada no Quadro-II.

Os resíduos serão submetidos a processos de segregação e coleta seletiva, tendo previsão de serem armazenados no Depósito Temporário de Resíduos, a ser dotado de piso





impermeável, cobertura e fechamento lateral e sistema de drenagem. O tratamento desses resíduos deverá ser objeto de apreciação quando da formalização do processo de Licença de Operação, nos termos da condicionante expressa no Anexo-I.

Os efluentes líquidos corresponderão aos esgotos sanitários, aos efluentes industriais gerados na oficina de manutenção e aos efluentes pluviais.

Os efluentes sanitários serão conduzidos a um sistema de tratamento compacto, conforme proposta técnica enviada pela empresa ENASA à Prefeitura de Ouro Preto – gestora do processo de implantação da unidade fabril da Delphi, o qual será dimensionado inicialmente para uma população de até 500 pessoas, podendo ser acrescido de módulos de tratamento para aumento de sua capacidade de tratamento.

Os efluentes líquidos industriais têm previsão de serem enviados para empresas especializadas no co-processamento e licenciadas no órgão ambiental. Em razão disso, e considerando que a Delphi já possui uma unidade industrial licenciada em Itabirito e fabricante dos mesmos produtos, deverão tais destinações ser especificadas quando da formalização do processo de licença de Operação, sendo esta uma das condicionantes contidas no Anexo-I.

Os efluentes pluviais serão coletados pelo sistema de drenagem da empresa e descartados no Rio maracujá.

Outro impacto associado ao empreendimento refere-se ao risco de incêndio provocado por fontes de ignição/calor em contato com material combustível. Este risco será decorrente, principalmente, das falhas humanas e/ou materiais ocorridas durante a operação de equipamentos energizados. Como medida de controle para a prevenção e a correção de tais falhas tem-se o treinamento do quadro operacional e a implantação de sistemas de prevenção e combate a incêndios, ambos aprovados pelo Corpo de Bombeiros. Tal medida deverá ser adotada pelo empreendedor nos termos da condicionante contida no Anexo-I.

#### **4.2 - MEIO BIÓTICO**

Os impactos no meio biótico ocorrerão na fase de implantação da unidade e permanecerão inalterados durante a fase de operação.

Os impactos identificados são de baixa significância uma vez que o local das instalações corresponde a uma área de pastagem, a qual abrange a maior parte do terreno, notadamente ocupada por gramíneas e indivíduos arbóreos isolados, em especial eucaliptos.

No estudo de Caracterização Biofísica da Área de Reserva Legal, o empreendedor propõe utilizar espécies do Bioma Mata Atlântica para o enriquecimento florestal desta área, no entanto não foi apresentada lista de espécies, espaçamento, tratos culturais, monitoramento, nem cronograma de implantação.

Foi apresentado Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, com objetivo de promover a revegetação dos barrancos das margens do Rio Maracujá e da área de retirada de topázio



(cascalheira), além de Projeto Técnico de Reconstituição da Flora para a área de preservação permanente do empreendimento.

#### Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas

O projeto apresentado pelo empreendedor visa em primeira etapa à utilização do solo das áreas de bota fora e a correção dos solos; segundo o projeto, posteriormente, será realizado o plantio com graminéia (grama batatais), sendo seu plantio efetuado através de placas que são fixadas ao talude, optou-se por utilizar a grama batatais uma vez que esta espécie facilita a identificação de qualquer problema de ordem geotécnica possibilitando assim que seja realizado um monitoramento visual da área.

#### Projeto Técnico de Reconstituição da Flora

Este projeto foi apresentado visando à reconstituição da flora na APP do rio Maracujá, com implantação em duas etapas: inicialmente com espécies herbáceas-arbustivas e posteriormente com plantio de exemplares arbóreos.

Na primeira etapa do projeto será realizada a criação de substrato propício a vegetação e a correção do solo, este substrato será composto de terra com matéria orgânica, incluindo restos da vegetação local.

Assim, o PTRF apresentado propõe para a segunda etapa o reflorestamento com espécies arbóreas ocorrentes na região, no qual foi apresentada uma lista contendo espécies pioneiras, secundárias e clímax, realizando, para tanto, as atividades de combate a formigas, espaçamento e alimento onde cada muda ocupará uma área de 9 m<sup>2</sup>, em um espaço de 3m x 3m, coveamento, adubação e trato culturais.

O plantio segundo o projeto será realizado no período chuvoso, preferencialmente de setembro a março. Após o plantio a muda deverá ser regada abundantemente até o encharcamento da cova. Caso não ocorram chuvas as mudas deverão ser regadas pelo menos duas vezes por semana durante, no mínimo, de 60 dias como foi sugerido no próprio projeto, estima-se em 10% a porcentagem de mudas que deverão ser substituídas. Como foi citada no projeto, a época indicada para o replantio é até 02 meses após o plantio inicial escolhendo dias com elevadas umidade relativa no ar.

### **5 – CONTROLE PROCESSUAL**

Trata-se de requerimento de Licença Prévia, concomitante com Licença de Instalação, com validade de 02 (dois) anos.

O processo encontra-se devidamente instruído e formalizado, estando a documentação juntada em concordância com Deliberação Normativa COPAM nº 74/04, a Resolução CONAMA nº 237/97 e com as exigências constantes no Formulário de Orientação Básica Integrado.



A análise técnica é favorável ao deferimento da licença em discussão, com prazo de validade de 02 (dois) anos, desde que respeitadas as condicionantes constantes em seu Anexo I.

Ressalte-se que a licença ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, devendo tal observação constar do(s) certificado(s) de licenciamento ambiental a ser (em) emitido(s).

Insta salientar que em caso de descumprimento das condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação e ampliação, realizada sem a prévia comunicação e anuência ao órgão licenciador, estará o empreendedor sujeito às medidas administrativas pertinentes, dentre elas a cassação da Licença e/ou autuação, segundo Decreto Estadual nº 44.844/2008.

## 6 – CONCLUSÃO

Diante da análise técnica dos documentos presentes no processo ambiental este Parecer Único é favorável à concessão da Licença Prévia e de Instalação requerida pela DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA, através do Processo COPAM nº 21166/2008/001/2009.

Em razão do exposto, remetemos este Parecer Único ao COPAM - URC Velhas para julgamento do mérito relativo à **concessão da Licença Prévia e Licença de Instalação** requerida pela **DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA**, para a atividade de **Fabricação de componentes eletro-eletrônicos (chicotes automotivos)** a ser desenvolvida no Distrito de cachoeira do Campo em Ouro Preto/MG, pelo **prazo de 02 (dois) anos**, acompanhado das condicionantes expressas no Anexo-I, entendimento este a ser seguido, conforme disposto no artigo 1º da Deliberação Normativa nº 17, de 17 de dezembro de 1996.



## ANEXO I

Processo COPAM Nº: <b>21166/2008/001/2009</b>		Classe/Porte: 3 / Médio
Empreendimento: <b>DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA</b>		
Atividade: Fabricação de componentes eletro-eletrônicos (chicotes automotivos)		
Endereço: Estrada p/ Cumbe / Ouro Branco, s/nº - Distrito de Cachoeira do Campo		
Município: <b>Ouro Preto/MG</b>		
Referência: <b>Condicionantes da Licença Prévia e de Instalação</b>		Validade : <b>2 anos</b>
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Comprovar a entrega do Termo de Responsabilidade de Averbação e Preservação de Reserva Legal junto ao Cartório de Registro de Imóveis.	10 dias
2	Comprovar a Averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel.	15 dias após a averbação pelo cartório.
3	Apresentar Auto de Vistoria final do Corpo de Bombeiros aprovando as instalações, os dispositivos de combate e o projeto de prevenção contra incêndio e pânico.	Na formalização da LO
4	Apresentar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora (plano de enriquecimento florestal) contemplando as Áreas da Reserva Legal com detalhamento das espécies, o espaçamento, os tratos das culturas, a forma de monitoramento e o cronograma de implantação.	30 dias
5	Executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e o Projeto Técnico de Recuperação da Flora, apresentando relatório periódico de desempenho, acompanhado da ART do autor e de registro fotográfico.	Semestralmente
6	Cumprir as exigências técnicas e ambientais contidas nos Termos de Referência anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 001/2009 elaborado pela Prefeitura de Ouro Preto, visando o tratamento e a disposição correta dos resíduos sólidos (entulhos, lixo doméstico) e efluentes sanitários gerados durante as obras de construção e apresentar relatório periódico de desempenho, acompanhado da ART do autor.	Semestralmente
7	Implantar trevo de acesso e sistema de sinalização de tráfego na via pública próxima ao empreendimento, aprovados pelo órgão competente.	Durante a vigência da LP/LI
8	Realizar a medição do ruído ambiental diurno e noturno (Ruído de Fundo) em, no mínimo, 05 pontos ao redor do terreno da futura instalação, cumprindo o disposto na Lei 10151 e apresentar laudo técnico acompanhado da ART do autor e o croqui de localização dos pontos de amostragem.	Na formalização da LO
9	Apresentar manifestação do DEMAEE referente à utilização da água pelo empreendimento.	30 dias
10	Detalhar os procedimentos de coleta, acondicionamento e descarte dos resíduos sólidos e efluentes líquidos a serem gerados na fase de operação e especificar os destinatários responsáveis pelo tratamento final.	Na formalização da LO

(\*) Contados a partir da data de concessão da licença.



## ANEXO II REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto-1: Ponto central do terreno com vista para a BR-356 ao fundo



Foto-2: Ponto central do terreno/vista para a esquerda da entrada  
(área brejosa ao fundo)



Foto-3: Ponto central do terreno/ vista para a direita da entrada  
(concentração de eucaliptos)



Foto-4: Ponto central do terreno/ vista para a entrada  
(Estrada p/ Cumbe)



Foto-5: Rio Maracujá



Foto-6: Área da Cascalheira



ANEXO III  
AGENDA VERDE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Número do Processo	Data da Formalização	Unidade do SISEMA Responsável processo
1.1 Integrado a processo de Licenciamento Ambiental	0060/1982/016/2009		SUPRAM CM
1.2 Integrado a processo de APEF	01998/2009	11/09/2008	SUPRAM CM
1.3 Não integrado a processo de Lic. Ambiental ou AAF			
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: Delphi Automotive Systems do Brasil Ltda		2.2 CPF/CNPJ: 00.857.758/0003-02	
2.3 Endereço: Av Queiros Jr. N° 3040		2.4 Bairro: Esperança	
2.5 Município: Itabirito		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 35.450-000
2.8 Telefone(s): (31)3561-9098		2.9 e-mail: ailton.sabino@delphi.com	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: Delphi Automotivo do Brasil		3.2 CPF/CNPJ: 00.857.758/0003-02	
3.3 Endereço: Local Denominado Rancho		3.4 Bairro: Praia	
3.5 Município: Contagem		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 32.211-970
3.8 Telefone(s): (31) 3561-9030		3.9 e-mail: tcltransportes@ig.com.br	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação:		4.2 Área total (ha): 21,1310	
4.3 Município/Distrito: Cachoeira do Campo		4.4 INCRA (CCIR): -	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 11195 Livro: 2 Folha: - Comarca: Ouro preto			
4.6 N°. registro da Posse no Cartório de Notas: Livro: Folha: Comarca:			
4.7 Coordenada Plana (UTM)		X(6): 639600 Datum: SAD 69	
		Y(7): 7748100 Fuso: 23	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: Rio da Velhas			
5.2. Sub-bacia ou microbacia hidrográfica: -			
5.3 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
5.8.1 Caatinga			
5.8.2 Cerrado			
5.8.3 Mata Atlântica			
5.8.4 Ecótono (especificar): Cerrado e Mata Atlantica			21,1310
5.8.5 Total			
5.4 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
5.4.1 Área com cobertura vegetal nativa			
5.9.1.1 Sem exploração econômica			
5.9.1.2 Com exploração sustentável através de Manejo			
5.4.2 Área com uso alternativo			
5.9.2.1 Agricultura			
5.9.2.2 Pecuária			
5.9.2.3 Silvicultura Eucalipto			
5.9.2.4 Silvicultura Pinus			
5.9.2.5 Silvicultura Outros			
5.9.2.6 Mineração			
5.9.2.7 Assentamentc			
5.9.2.8 Infra-estrutura			
5.9.2.9 Outros			21,1310
5.4.3. Area já desmatada, porém abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo vocação e capacidade de suporte do solo.			
5.4.4 Total			
5.5 Regularização da Reserva Legal – RL			





<b>5.5.1 Desoneração da obrigação por doação de imóvel em Unidade de Conservação</b>			
5.5.1 Área de RL Averbada (ha):		5.10.1.2 Data da averbação:	
<b>5.5.2.3 Total</b>			
5.5.3. Matrícula no Cartório Registro de Imóveis:		Livro:	Folha: Comarca:
5.5.4. Bacia Hidrográfica:		5.5.5 Sub-bacia ou Microbacia:	
5.5.6 Bioma: Transição entre o Cerrado e Mata Atlântica		5.5.7 Fisionomia:	
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			
<b>6.1 Tipo de Intervenção</b>	<b>Quantidade</b>		<b>unid</b>
	<b>Requerida</b>	<b>Passível de Aprovação</b>	
6.1.1 Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca	1,05	1,05	ha
6.1.2 Supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca			ha
			ha
6.1.4 Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa			ha
6.1.5 Destoca em área de vegetação nativa			ha
6.1.6 Limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso.			ha
6.1.7 Corte árvores isoladas em meio rural (especificado no item 12)			un
6.1.8 Coleta/Extração de plantas (especificado no item 12)			un
6.1.9 Coleta/Extração produtos da flora nativa (especificado no item 12)			kg
6.1.10 Manejo Sustentável de Vegetação Nativa			ha
6.1.11 Regularização de Ocupação Antrópica Consolidada em APP			ha
6.1.12 Regularização de Reserva Legal	Demarcação e Averbação ou Registro		ha
	Relocação		ha
	Recomposição		ha
	Compensação		ha
	Desoneração		ha
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			
<b>7.1 Bioma/Transição entre biomas</b>			<b>Área (ha)</b>
7.1.1 Caatinga			
7.1.2 Cerrado			
7.1.3 Mata Atlântica			
7.1.4 Ecótono (especificar) Cerrado e Mata Atlântica			1,05
<b>7.1.5 Total</b>			<b>1,05</b>
<b>8. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>			
<b>8.1 Uso proposto</b>	<b>Especificação</b>		<b>Área (ha)</b>
8.1.1 Agricultura			
8.1.2 Pecuária			
8.1.3 Silvicultura Eucalipto			
8.1.4 Silvicultura Pinus			
8.1.5 Silvicultura Outros			
8.1.6 Mineração			
8.1.7 Assentamento			
8.1.8 Infra-estrutura			1,05
8.1.9 Manejo Sustentável da Vegetação Nativa			
8.1.10 Outro			
<b>9. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			
<b>9.1 Produto/Subproduto</b>	<b>Especificação</b>	<b>Qtde</b>	<b>Unidade</b>
9.1.1 Lenha	Utilizado para doação	1,8	m <sup>3</sup>
9.1.2 Carvão			
9.1.3 Torete			
9.1.4 Madeira em tora			



9.1.5 Dormentes/ Achas/Mourões/Postes			
9.1.6 Flores/ Folhas/ Frutos/ Cascas/Raízes			
9.1.7 Outros	Doação	1.8	m <sup>3</sup>

**10. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS.**

Consta no Parecer Único N°. 356/2009 de 16 de Outubro de 2009.

**11. RESPONSÁVEIS PELO PARECER TÉCNICO.**

Edvaldo Sabino da Silva	1197553-9
Laércio Capanema Marques	1148544-8
Raphael Medina Gomes de Andrade	1227986-5
Cristina Campos de Faria	1197306-2